



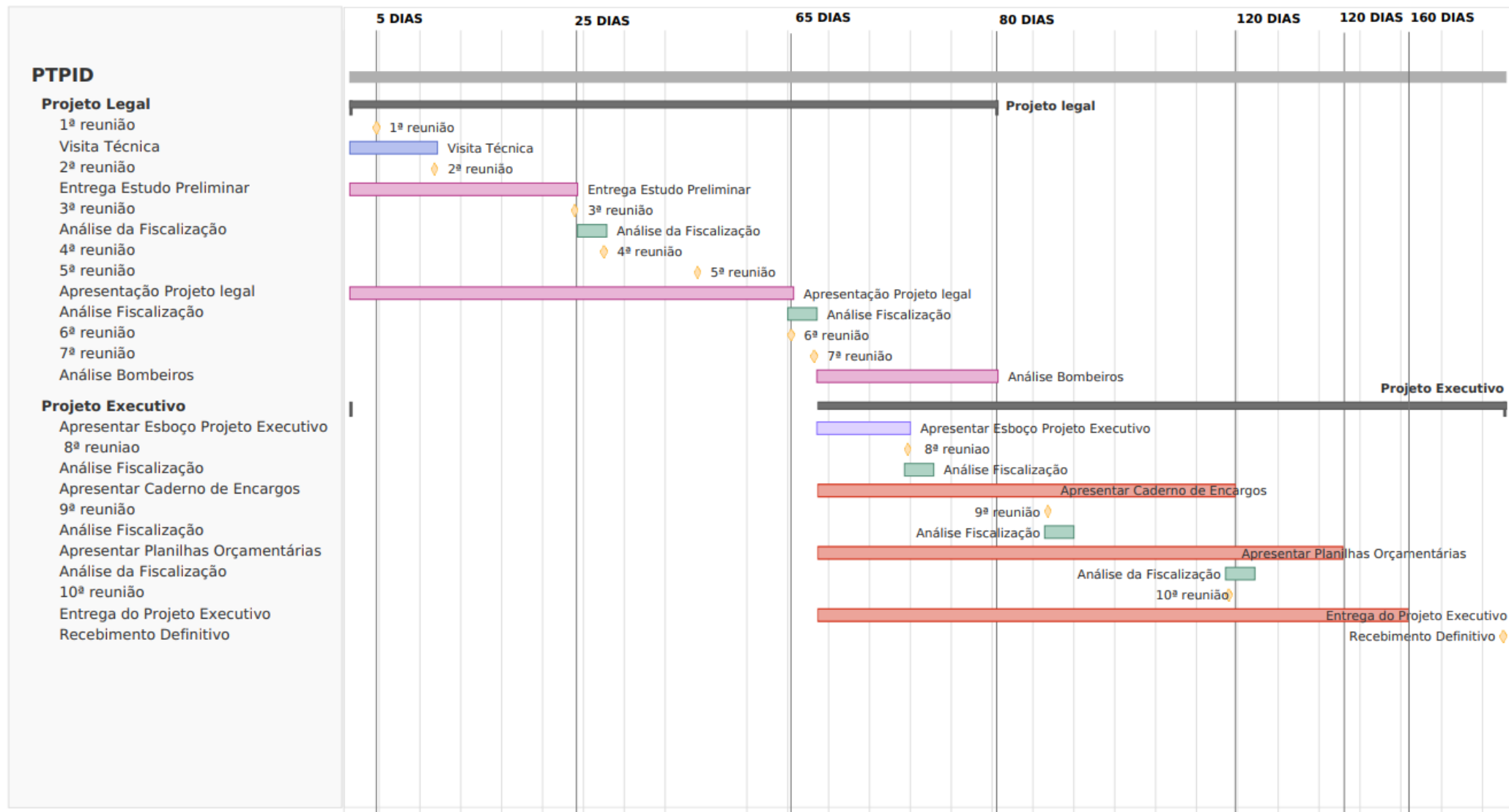
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/DPF/FIG/PR

ANEXO V

1. Conforme apresentado no item 7 deste TR a execução do objeto deve seguir as seguintes etapas:
 - 1.1. A execução dos serviços será iniciada em até 5 dias após a assinatura do contrato, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro, com prazo de execução **de 160 (cento e sessenta) dias corridos**.
 - 1.2. Quando da assinatura do Contrato, a Contratada deverá indicar o responsável da empresa que tratará dos procedimentos a serem adotados junto à Fiscalização da Contratante.
 - 1.3. Elaboração do PTPID, Projeto legal, **80 dias corridos** (oitenta) após a assinatura do contrato.
 - 1.4. A CONTRATADA deverá efetuar vistoria no local de execução dos serviços e se reunir com os representantes da CONTRATANTE, para conhecimento das condições locais e entendimento de todas as necessidades da Administração que devem ser contempladas no estudo preliminar, que deverá ser apresentado em até **25 (vinte) dias corridos**.
 - 1.5. Após, no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos**, a Contratante analisará e apresentará sugestões/pedidos de retificação à CONTRATADA.
 - 1.6. A CONTRATADA terá então mais **30 (trinta) dias corridos** após a análise da CONTRATANTE para providenciar as correções necessárias e encaminhar o PTPID para fins de aprovação no CBM-PR.
 - 1.7. Expedida a aprovação pelo CBM-PR, e após verificação da fiscalização técnica, a CONTRATADA deverá protocolar a Nota Fiscal na Polícia Federal referente a primeira parcela de pagamento 30% do total juntamente com o referido documento emitido pelo CBM-PR.
 - 1.7.1. A contagem de tempo poderá ser revista caso seja constatado pela CONTRATANTE a necessidade de retrabalho ou reiteradas protocolizações junto aos órgãos competentes, devido a erros ou omissões de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. Esse atraso poderá ser considerado imputável à executora dos serviços, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
 - 1.8. Projeto Executivo **80 (oitenta) dias corridos** a contar do envio para a aprovação do PTPID a CONTRATADA.
 - 1.9. Em **15 (quinze) dias corridos**, a contratada providenciará o esboço do Projeto Executivo para adequação das Instalações de Incêndio.
 - 1.10. Em até **5 (cinco) dias corridos**, a Contratante analisará o esboço e apresentará sugestões/pedidos de retificação à contratada.
 - 1.11. A contratada terá mais **20 (vinte) dias corridos** após a aprovação da contratante para providenciar as correções necessárias e apresentar o caderno de encargos.
 - 1.12. Em até **5 (cinco) dias corridos**, a Contratante analisará o Caderno de Encargos e apresentará sugestões/pedidos de retificação à contratada.

- 1.13. A contratada terá mais **20 (vinte) dias corridos** após a aprovação da contratante para providenciar as correções necessárias e apresentar as planilhas orçamentárias.
- 1.14. Em até **5 (cinco) dias corridos**, a Contratante analisará a planilha orçamentária e apresentará sugestões/pedidos de retificação à contratada.
- 1.15. A contratada terá mais **10 (dez) dias corridos** após a aprovação da contratante para providenciar as correções necessárias e apresentar o Projeto Executivo.
- 1.16. Quando os serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita (inicialmente via e-mail e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local do serviço) informando o término dos serviços, cabendo à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, após o qual será lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória de todo o projeto, que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO.
- 1.17. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
- 1.18. A entrega do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor. (Lei 10.406 de 10/01/2002).
- 1.19. O Termo de Recebimento Definitivo do objeto será lavrado em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade competente e se tiverem sido atendidas todas as exigências da FISCALIZAÇÃO, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento do objeto executado, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas.
- 1.20. O gestor do contrato, após emissão de Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.
- 1.21. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 1.22. A quantidade e a proporção de parcelas definidas para o cronograma físico financeiro foi definida tendo como base a conveniência da administração pública e a quantidade de documentos a serem apresentados.

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

**ASSINAM ESTE DOCUMENTO:**

Marcio de Souza Bouzas, APF Mat. 18.576, Gerente de Projeto da EPC - Resp. Técnico

Márcio de Souza Dias, AADM, 12669, EPC - Resp. Administrativo

Samir Pedro do Valle Pereira, EPF, 17986, EPC - Resp. Setor Demandante

Maicon José Follman, APF, EPC - Resp. Setor Demandante

Jorge Lui Dondoni, APF 18576, Subst. Setor Demandante
Milton Fantucci, APF, EPC - Resp. Setor Demandante
Bemildes José da Silva Filho, AADM, 5964, Subst. Setor Demandante.
Lúcio Simioni Zaparoli, APF, Arquiteto, CAU 00A1354264



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO DE SOUZA BOUZAS, Agente de Polícia Federal**, em 25/02/2021, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MILTON FANTUCCI, Agente de Polícia Federal**, em 25/02/2021, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO SIMIONI ZAPAROLI, Agente de Polícia Federal**, em 25/02/2021, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAICOL JOSE FOLLMANN, Agente de Polícia Federal**, em 26/02/2021, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO DE SOUZA DIAS, Agente Administrativo(a)**, em 26/02/2021, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17479018** e o código CRC **D7C60970**.